



VOL. 6 | N. 11 | JAN/JUN DE 2020 | ISSN 2359-4489

# DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS: RELAÇÕES E DINÂMICAS ENTRE PORTUGAL, ÁFRICA E AMÉRICA (SÉCULOS XVII - XIX)



FACES DE CLIO

# A imigração portuguesa para o rio Madeira:

*Trajectoria, perfil e redes sociais (1840-1918)*

---

*Paula de Souza Rosa*<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa a importância da imigração portuguesa para o rio Madeira, no estado do Amazonas, entre 1840 e 1918, a partir da trajetória individual e coletiva de 91 sujeitos, através dos registros de passaportes e habilitações do Consulado Português no Pará. Nesse sentido, investigamos o perfil social dos imigrantes portugueses, as redes sociais que possibilitaram os múltiplos deslocamentos que esses indivíduos experienciaram ao longo de suas trajetórias e os aspectos relativos ao papel desempenhado por estes sujeitos em escala local, com o avanço da fronteira comercial e extrativista na Amazônia, e em nível global, com avanço do capitalismo sobre novas áreas de exploração.

**Palavras-chave:** Imigração portuguesa, Perfil, Redes Sociais.

## The portuguese immigration to Madeira River:

*Trajectory, profile and social networks (1840-1918)*

---

**Abstract:** This paper analyzes the importance of Portuguese immigration to the Madeira River, in the state of Amazonas, between 1840 and 1918, from the individual and collective trajectory of 91 subjects, through the passports and qualifications records of the Portuguese Consulate in Pará. The social profile of Portuguese immigrants is observed, the social networks that made possible the multiple displacements that these individuals experienced along their trajectories and aspects related to the role played by these subjects on a local scale, with the advance of the commercial and extractive frontier in the Amazon, and globally, with advancing capitalism over new areas of exploitation.

**Keywords:** Portuguese Immigration, Profile, Social Networks.

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutoranda em História Social da Amazônia – PPHIST/UFPA, Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/BRASIL. E-mail: [psrosasr@gmail.com](mailto:psrosasr@gmail.com)

## Introdução

Este artigo analisa a presença portuguesa no rio Madeira a partir da trajetória individual e coletiva de 91 imigrantes, tendo como corpo documental os registros de passaportes e habilitações do Consulado Português no Pará, abarcando o período de 1840 a 1918.<sup>2</sup> O período contemplado é caracterizado por um contexto de expansão e maior dinamismo econômico e circulação de pessoas, não apenas nas cidades de Belém e Manaus, mas em todo o interior amazônico que vivenciou o auge da exploração da goma elástica. Vale salientar que das 91 trajetórias analisadas, temos as habilitações consulares de 87 personagens, os outros 4 indivíduos possuímos apenas os registros de passaportes e demais fontes auxiliares que encontramos ao longo do rastreamento nominativo. A partir dessa documentação, elaboramos um questionário biográfico que responde questões relativas à origem, faixa etária, sexo, condição civil, atividade profissional, alfabetização e redes de sociabilidade.

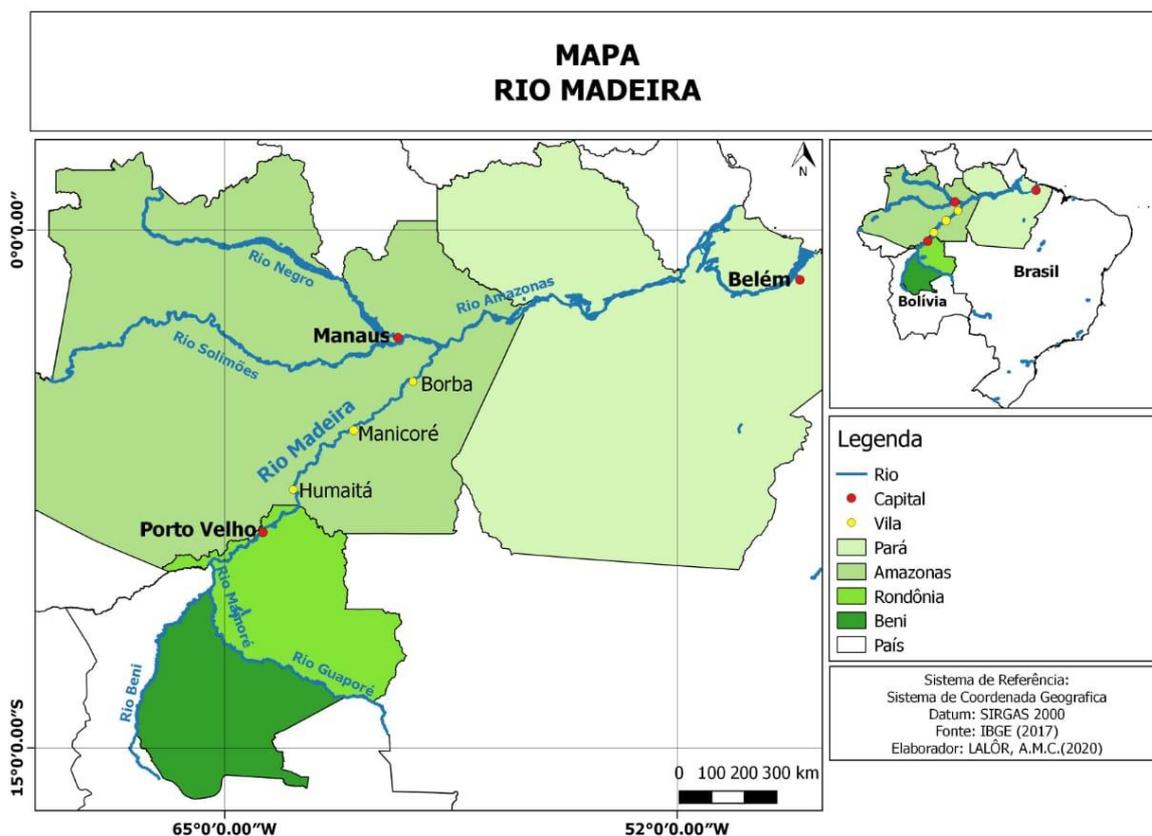
O rio Madeira é o principal afluente da margem direita do rio Amazonas, sua nascente se encontra na confluência dos rios Mamoré e Beni, que nascem no interior da Bolívia (ver Imagem 1). Sua foz encontra referência imediata no rio Amazonas na ilha de Tupinambarana (município de Parintins) e na cidade de Itacoatiara (antiga Serpa), situada na margem esquerda. Desde o século XVIII esse rio, juntamente com o Mamoré e Guaporé, foi usado para o transporte fluvial entre a primeira capital do Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade (1752), as missões espanholas dos rios Guaporé e Mamoré e a cidade de Belém.

---

<sup>2</sup> Os passaportes foram levantados nos livros de registro, os quais integram o acervo documental dos arquivos distritais do Porto, Aveiro, Lisboa, Coimbra, Viseu, Visco, Braga, Vila Real e Viana do Castelo, disponíveis online no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1834-1920). Já as habilitações do consulado português no Pará abrangem o período de 1858 a 1959 e são encontradas no Grêmio Literário Português e disponibilizadas em base de dados pelo Grupo de Pesquisa Migração, População, Família e Gênero – RUMA/UFPA. Essas habilitações constituem-se em livros encadernados de registros de súditos portugueses mantidos pelo consulado de cada localidade, e foram criados como uma forma de controle destes nacionais.

Sobre o uso das habilitações consulares, suas potencialidades e seus limites para o estudo da imigração portuguesa, ver: DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, João Santos. Entre fluxos, fontes e trajetórias imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1, 2016.

Imagem 1 – Mapa do rio Madeira



Com a expansão da economia da borracha durante o século XIX, o rio Madeira passou a ser visitado e explorado sistematicamente, pois ali estavam situadas áreas ricas em borracha natural e extensos castanhais. Ainda, sua localização era estratégica para o controle do comércio com República da Bolívia. Nesse sentido, o avanço da fronteira extrativista esteve diretamente ligado ao desenvolvimento e expansão do comércio em dois sentidos, do alto rio por bolivianos e do baixo rio principalmente por imigrantes portugueses. Assim, em decorrência dos interesses públicos e privados na região, ligados a nível macro ao avanço do capitalismo na Amazônia, a ocupação do rio Madeira teve sua dinâmica própria e historicidade específica.

Desse modo, o objetivo deste artigo é investigar o fenômeno da imigração portuguesa para o rio Madeira, destacando as redes imigratórias pautadas em laços familiares, redes de negócios, de vizinhança, de amizade e informação. Análise possível mediante o estabelecimento de um diálogo com a micro-história italiana e fazendo uso das ferramentas metodológicas da prosopografia. Contudo, entender a capilaridade do processo migratório

português no século XIX e início do XX é uma tentativa, a partir dos sujeitos, de estabelecer um horizonte de possibilidades que nos permita compreender por meio da imigração portuguesa para o rio Madeira um processo singular de interiorização vivenciado por esses sujeitos intrinsecamente ligados ao avanço da fronteira comercial e extrativista sobre novas áreas de exploração na Amazônia.

### **Perfil geral da imigração portuguesa: entre permanências e rupturas**

Reproduzindo no contexto local o mesmo fenômeno apresentado em outras áreas do país, no século XIX e início do XX, os estados do Pará e Amazonas foram locais de destino dos imigrantes portugueses que afluíam aos milhares para o Brasil.<sup>3</sup> Os lusitanos constituíram o grupo mais numeroso de imigrantes que adentram no Brasil, em um número aproximado de 1,9 milhões de pessoas.<sup>4</sup> Apesar de serem proveniente de distintas localidades do território português, avalia-se que 80% dos imigrantes portugueses chegados ao Brasil entre 1822 e 1950 eram originários do Norte português.<sup>5</sup>

Inúmeras são as explicações dadas pela historiografia acerca da intensa corrente migratória de portugueses durante o século XIX. Entretanto, segundo Cancela e Cosme, podemos apontar uma multiplicidade de fatores, ao invés de aceitar uma única motivação. Destacam-se o aumento da população portuguesa, “a formação de relações capitalistas na agricultura, na pesca e no artesanato, a não absorção da mão de obra pelo mercado e a indústria lusa, o limite de terra das famílias e as dificuldades de herança”, pois eram regiões de minifúndios marcadamente rural onde a imigração assumiu papel decisivo nos mecanismos de reprodução social. Associe a isso, “a facilidade de transporte de navios e trens, a maior liquidez econômica e o apelo das cidades de destino”.<sup>6</sup>

Cabe destacar que esse fluxo migratório estava inserido num processo mais amplo das grandes migrações europeias, no entanto, assumiu configurações específicas dado o processo de continuidade da política colonial portuguesa, porquanto, desde o século XVIII a corrente

<sup>3</sup> PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Migração, trabalho e etnicidade. Portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. Varia Historia*, v. 30, n. 54, p. 807-826, 2014.

<sup>4</sup> MATOS, Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos, experiências e cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX*. Bauru: Edusc, 2013, p. 34.

<sup>5</sup> SOUSA, Fernando Alberto Pereira de. *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Dissertação de Doutorado em História Moderna e Contemporânea, Universidade do Porto, 1979, p. 30.

<sup>6</sup> DONZA CANCELA; RAMALHO COSME, 2016, p. 234

migratória ligava o Norte português ao Brasil, principalmente as províncias do Douro e Minho, em específico o distrito do Porto, área privilegiada nos transportes com o Brasil e centro polarizador do dinamismo econômico do Norte.<sup>7</sup>

Por outro lado, durante o século XIX a Amazônia tornou-se um território atrativo à imigração, em particular, na segunda metade do oitocentos caracterizado pela prosperidade econômica marcada pelo desenvolvimento da economia extrativista da borracha. Desse modo, o Pará, porta de entrada para toda a região amazônica, tornou-se um dos principais destinos dos imigrantes portugueses que vinham para o Brasil e em fins do século XIX já era o segundo destino mais procurado pelos portugueses, ficando atrás apenas do Rio de Janeiro e sobrepondo-se a São Paulo.<sup>8</sup>

Assim, entre os imigrantes portugueses que residiram no rio Madeira 83 indivíduos chegaram após 1850, ou seja, período de expansão da economia gomífera e apenas oito (8) chegados na primeira metade do século XIX. Desses, a maior parte procedia da região Norte de Portugal, especialmente as províncias do Douro (48 indivíduos), Minho (11 indivíduos), Trás-os-Montes (6 indivíduos) e Beira Alta (9 indivíduos), configurando 74 imigrantes de um total de 91 indivíduos. Nota-se que estes dados guardam semelhanças com os apresentados por Marília Emmi que tendo analisado o período de 1858 a 1860, concluiu que dos 698 imigrantes habilitados, cerca de 72,21% eram oriundos das províncias do Minho e Douro.<sup>9</sup>

Em contrapartida, as fontes analisadas apontam um número mínimo de indivíduos saídos da região Centro-Sul de Portugal. Se somarmos o número de saídas da Beira Baixa (8 indivíduos), Estremadura (4 indivíduos) e Algarve (2 indivíduos) teremos um total de 14 imigrantes. Além disso, vale pontuar os saídos das ilhas dos Açores (2 indivíduos) e Madeira (1 indivíduo).

Observa-se que do Alentejo não há nenhum imigrante, entretanto, a emigração do Sul de Portugal não foi nula e no decorrer da segunda metade do século XIX aumentou progressivamente. Lugares antes não acostumados como a emigração direta (pois sempre

---

<sup>7</sup> ALVES, Jorge Fernandes – Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal. In: *Os Brasileiros da Emigração*. Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

<sup>8</sup> ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficas Reunidas, 1994, p. 243.

<sup>9</sup> EMMI, Marília Ferreira. “A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses”. *Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Caxambú-MG-Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010, p. 9.

houve emigração por etapas, com deslocações para o litoral e emigração posterior), como Algarve e Alentejo, se inseriram em um processo que anteriormente abarcou principalmente a região Norte.<sup>10</sup>

Juntamente com essas informações, para entendermos o fluxo migratório e as redes estabelecidas em toda sua complexidade, outros pontos importantes devem ser destacados: gênero, idade, escolarização e atividade profissional.

De modo geral, a emigração portuguesa para o Brasil, e por consequência a Amazônia, é caracterizada predominantemente pela imigração jovem do sexo masculino. Não obstante, em nossa análise a maioria esmagadora dos imigrantes é composta por homens (89 indivíduos) e uma minoria de mulheres (2 indivíduos). Em trabalho clássico Jorge Alves, ao tratar da migração do Porto para o Brasil, no século XIX, enfatiza que até 1851 a imigração feminina raramente chegou a 100 unidades e somente no final da década de 1880 foi que a imigração feminina do Porto chegou na casa do milhar. Ressalta-se que este aumento ocorreu em virtude das transformações estruturais da corrente imigratória devido o peso crescente do elemento familiar, daí que uma parte substancial do sexo feminino seja composto por crianças de tenra idade, numa imigração passiva que acompanhou a movimentação do núcleo conjugal.<sup>11</sup>

Em estudo recente, ao analisar o fluxo migratório do distrito do Porto para o Pará, a partir dos registros de passaportes, Cancela observou que dos 18.308 passaportes levantados, 16.487 pertenciam ao sexo masculino e 1.821 ao feminino. Entretanto, uma expressiva presença feminina foi percebida na documentação em que as mulheres eram registradas como acompanhantes junto aos titulares dos passaportes. Segundo a autora, nos registros “em que foi possível obter informação mais detalhada dos acompanhantes, o que significou identificar a quantidade, o sexo e, com um pouco mais de sorte, a relação com o titular do passaporte, chamou a atenção a intensa presença feminina, em um total de 1.205 mulheres”.<sup>12</sup> Esses números elevam a quantidade para 3.026 mulheres, ou seja, quase o dobro do que se fosse considerado apenas os titulares dos passaportes.

---

<sup>10</sup> ALVES, 1999, p. 240.

<sup>11</sup> ALVES, Jorge Fernandes. Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista. In: PEREIRA, MIRIAM HALPERN *et al* (eds.). *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 210.

<sup>12</sup> CANCELA, Cristina Donza. O fluxo imigratório do distrito do Porto para o estado do Pará: borracha, conflitos, epidemias e gênero (1834-1930). *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 36, 2019, p. 12.

Na análise do fluxo migratório para o rio Madeira, podemos utilizar os exemplos de Eduardo Joaquim Galdo, Antônio Moutinho e Maria Ferreira. O primeiro veio acompanhado de sua mulher Guilhermina Nunes e sua filha Carlota de 5 anos, o segundo veio com sua mulher Ana do Sacramento, de 53 anos, e suas filhas Ana, Theresa, Esperança e Margarida, menores de 18 anos. e por último, Maria Ferreira, que veio acompanhada de seus filhos, Ignácio, de 8 anos, Locadia, de 6 anos, Francisca, de 4 anos e Antônio, de 9 anos de idade, este último habilitado junto ao consulado.<sup>13</sup> Logo, temos o número de 9 imigrantes do sexo feminino sub-registradas, o que eleva o total para 11 mulheres. Nesse sentido, se acrescentássemos as mulheres que aparecem na documentação na categoria de esposas e filhas, o percentual da imigração feminina se elevaria.

Podemos afirmar que apesar de minoritária, a imigração feminina para o Brasil, e por consequência a Amazônia, foi significativa. Entretanto, por virem em sua maioria na condição de esposas e filhas, ou seja, superficialmente mencionadas nas fontes, não são incluídas nas análises dos fluxos migratórios.

Os exemplos utilizados fazem parte de um perfil familiar de imigração que só passou a ser proeminente a partir de meados da década de 1870, quando ocorreu uma generalização do perfil etário do fluxo migratório português a todas as idades da fase adulta. Contudo, de maneira geral, a imigração portuguesa para o Brasil teve um alto contingente de indivíduos do sexo masculino, solteiros e com idades menores de 25 anos e o imigrante mais comum era o jovem, entre 13 a 18 anos de idade.<sup>14</sup>

Jorge Alves assinala que muitas famílias, conscientes ou inconscientemente, faziam com que a saída regular de alguns de seus filhos com destino ao Brasil tivesse um papel indispensável para a manutenção da estabilidade da unidade produtiva familiar baseada na pequena propriedade.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Fonte: Habilitação consular Eduardo Joaquim Galdo. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 3805. Habilitação 4896. Imagem p1510177. Data da habilitação: 18/09/1878; Habilitação consular Antônio Moutinho. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 6280. Habilitação 6571. Imagem p1510851. Data da habilitação: 24/12/1888.

<sup>14</sup> ALVES, 1993, p. 221-225.

<sup>15</sup> ALVES, Jorge Fernandes – Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal. In: *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999, p. 233-247.

No que diz respeito a política migratória é essencial verificar as motivações para alta concentração de emigrantes menores. De acordo com a historiografia, a legislação portuguesa, atenta às especificidades dos diferentes grupos sociais que tinham interesse em emigrar, conferia tratamento diferenciado de acordo com o gênero e a faixa etária à qual os emigrantes pertenciam no momento da requisição do passaporte. No caso de o indivíduo pertencer ao gênero masculino, a primeira exigência feita pelo Serviço de Passaportes era de que este comprovasse que era maior de 25 anos ou que estava emancipado e tinha cumprido os preceitos referentes à lei do recrutamento.<sup>16</sup> Nesse sentido, para burlar uma série de disposições governamentais os indivíduos imigravam em tenra idade.

Dessa forma, a técnica da observação pela distribuição dos grupos em faixas etárias é a mais adequada para termos uma perspectiva da idade dos imigrantes portugueses que vieram para o rio Madeira. Tendo por base a idade declarada nos passaportes, a idade constante no ano da habilitação consular e fazendo o cruzamento com os dados referentes ao ano de chegada em território brasileiro, foram feitos cálculos para obter aproximadamente a idade de chegada dos imigrantes ao Brasil.

A maioria dos portugueses residentes no rio Madeira, chegaram no Brasil com pouca idade, entre 10 a 19 anos (40 indivíduos), sendo logo seguidos pelos que aqui aportaram tendo entre 20 a 29 anos (29 indivíduos), 30 a 39 anos (11 indivíduos), acima de 40 anos (6 indivíduos) e três imigrantes sem informação. Falamos em chegados ao território brasileiro porquanto seis indivíduos (Eduardo Joaquim Galdo, Candido de Souza Lobo, Francisco Fernandes de Miranda, Manoel Maria de Moraes, Antônio Joaquim Pereira Socorro Valente e José Francisco Monteiro) não vieram diretamente para o Pará, tendo passado por locais como Paraíba, Pernambuco e Maranhão. Supomos que com o crescimento da economia gomífera, portugueses que estavam em outras regiões do Brasil acabaram por migrar para áreas em crescimento, como o Amazonas e Pará.

Nossos dados destoam dos apresentados por Cristina Cancela e João Cosme, que ao analisarem um total de 10.576 registros de habilitações consulares concluíram, a partir da idade constante nas habilitações, que os imigrantes portugueses chegavam maiormente na idade entre 20 a 29 anos (43%), sendo que os mais jovens, entre 15 e 19 anos de idade

---

<sup>16</sup> BOSCHILIA, Roseli. *Pequenos viajantes: reflexões sobre o deslocamento de menores da região norte de Portugal para o Brasil no século XIX*. Cf: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/portugal-e-as-migracoes-da-europa-do-sul-para-a-america-do-sul/pequenos-viajantes-reflexoes-sobre-o-deslocamento-de-menores-da-regiao-norte-de-portugal-para-o-brasil-no-seculo-xix>. Acessado em: 30 de janeiro de 2018.

também migravam expressivamente (13%), assim como aqueles nas faixas etárias mais altas entre 30 a 34 anos (16%).<sup>17</sup>

Entretanto, os autores consideraram apenas a idade declarada pelos portugueses ao se registrarem junto ao Consulado no Pará. Em contrapartida, o rastreamento nominal dos 91 imigrantes portugueses permitiu que pudéssemos cruzar as informações das habilitações consulares com as contidas nos passaportes. Logo, estabelecemos uma estimativa de maior precisão acerca da idade de chegada desses imigrantes portugueses no Brasil.

O cruzamento das fontes demonstrou um lapso de tempo entre a data de chegada do imigrante e o registro consular. Usualmente, eles demoravam vários meses ou anos para fazê-lo. Tomemos como exemplo o negociante residente na vila de Borba (rio Madeira), Joaquim José de Almeida Costa, natural de São Pedro do Sul, província de Beira Alta, chegado ao Pará vindo de Lisboa no ano de 1838, com 25 anos de idade, se habilitou junto ao consulado somente no ano de 1859, com 46 anos.<sup>18</sup> Desse modo, nem sempre a idade no momento do registro consular expressava a idade que o indivíduo possuía ao migrar.

Isso pode ser explicado tendo em vista que as habilitações dizem respeito aqueles portugueses que se deslocaram ao consulado para fazer o registo, de modo que essas pessoas tiveram “maior recurso para pagar os emolumentos e taxas exigidas pelo consulado, ou maior interesse em regulamentar sua naturalização portuguesa, e meios para fazê-lo”.<sup>19</sup> Em que pese o fato de que esses imigrantes haviam adquirido ao longo de sua trajetória certa expressão na província com negócios e cargos públicos o que motivou a regularização junto ao Consulado Português no Pará.

Ainda, se levarmos em consideração o capital humano (escolarização, formação e experiência profissional) e seu mapa de custos e benefícios, “as deslocamentos envolvem um investimento do agente no seu próprio potencial produtivo, ou no da sua unidade familiar cujos resultados só podem ser atingidos a prazo”. Desse modo, a existência de uma atitude de investimento explica as razões da migração diminuir com a idade, pois quanto maior esta for “menor o período em que o investimento poderá ser compensado; ou esclarece certas situações de ‘imobilidade’: a aposta no futuro (passando, por vezes, por mais educação) pode

---

<sup>17</sup> DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, 2016, p. 240.

<sup>18</sup> Habilitação consular Joaquim José de Almeida Costa. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1214. Habilitação 634. Imagem p1430135. Data da habilitação: 30/05/1859.

<sup>19</sup> DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, 2016, p. 246.

fazer com que um agente não migre, mesmo quando está desempregado e tem oportunidade de emprego noutra local”.<sup>20</sup>

Logo, o número superior de jovens presente nos fluxos migratórios representa uma quantidade maior de indivíduos solteiros, porquanto, o processo migratório “assume significados e consequências diferentes segundo a distribuição dos fluxos pelas categorias do estado civil, dada a diversa funcionalidade que é atribuída socialmente a cada uma delas.”<sup>21</sup>

Em se tratando dos imigrantes portugueses do rio Madeira, as informações contidas nas 87 habilitações consulares de que dispomos permitiram identificar um maior número dos que se declaravam solteiros (52 pessoas), comparados aos casados (33 pessoas) e em menor quantidade os viúvos (2 indivíduos). Ainda houve aqueles que não indicaram sua condição civil, apenas 1 sujeito. De acordo com Alves, a emigração em que os solteiros preponderam pode aliar-se aos dispositivos de exclusão de herdeiros, às táticas de distribuição social a que nos vimos referindo, quando a emigração é a via adotada no momento de saída da casa paterna, ocorrendo num momento mais ou menos consensual, geralmente num processo desencadeado por parentes que já migraram.<sup>22</sup>

Não obstante, lembramos que muitos portugueses podem ter chegado ao Pará solteiros e entre o ano de chegada e o registro consular terem contraído matrimônio. Este é o caso do comerciante Pedro Pires Cardoso, residente na freguesia de Canumá (rio Madeira), natural da província de Trás-os-montes, chegado ao Pará vindo do Porto no ano de 1847 com 24 anos de idade, se habilitou no ano de 1862 e afirmou ser casado. Todavia, no rastreamento de sua trajetória encontramos o registro de passaporte onde declarou ser solteiro.<sup>23</sup>

<sup>20</sup> “Como indica Sjaastad (1962: 83), a migração pode ser tratada “(...) como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos”. Os custos do “investimento” realizado numa situação migratória são vários: procura de informação (gastos de tempo e dinheiro - informação sobre novas oportunidades profissionais e infra-estruturas várias, incluindo formação e aprendizagem); custos de deslocação; custos de adaptação (aprendizagem de nova língua e cultura; criação de novas redes de apoio; custos de afastamento do meio de origem). Os benefícios da migração passam, em contrapartida, pelo aumento de rendimentos, dada a melhoria da produtividade individual permitida pela mudança.” In: PEIXOTO, J. *As teorias explicativas das Migrações. Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa. SOCIUS Working Papers. n. 11/2004, p. 16-17.

<sup>21</sup> ALVES, 1993, p. 215.

<sup>22</sup> ALVES, 1993, p. 215.

<sup>23</sup> Habilitação consular Pedro Pires Cardoso. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 366. Habilitação 1289. Imagem p1470946. Data da habilitação: 16/06/1862. Registro de passaporte Pedro Pires Cardoso. Arquivo Distrital do Porto. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”. Código: 556. Livro 14, p. 96v, número de registro: 1180. Data do registro: 11/01/1847.

Tendo em vista que os imigrantes portugueses do rio Madeira se destacaram pela projeção que alcançaram no meio social, pelos rendimentos e credibilidade, estes possibilitados em maior parte pela atividade comercial, podemos afirmar que, chegados ao porto de Belém ainda em tenra idade, solteiros e logo enviados aos rincões da Amazônia, utilizaram o casamento e as alianças familiares como estratégias eficazes de inserção na sociedade local.

De acordo com a historiografia, nas praças de Belém e Manaus, o capital econômico girava em torno das casas aviadoras, em sua maioria pertencentes a membros da comunidade portuguesa.<sup>24</sup> Ao analisar as habilitações consulares, Cristina Cancela e João Cosme quantificaram de 10.576 indivíduos habilitados, dos quais cerca de 46,4% de imigrantes portugueses declararam exercer algum tipo de atividade comercial. Contudo, a fonte consular possui suas limitações, uma das quais nos é particularmente importante.

De acordo com Cancela e Cosme, a maior parte dos registros consulares eram de pessoas envolvidas com o comércio e que, portanto, poderiam ter mais recursos, patrimônio e interesse na regularização junto ao Consulado. Visto que cabia ao consulado uma série de serviços relacionados ao patrimônio, registro civil e à condição social dos sujeitos que podiam servir de estímulo à inscrição consular. Essas funções consulares terminaram por incidir numa maior presença de comerciantes, proprietários e capitalistas nos registros, pessoas com capital que procuravam o órgão para resolver questões relativas à circulação de produtos nos locais em que estes órgãos se encontrassem. Em contrapartida, o número de indivíduos ligados a outras atividades profissionais era expressivamente menor.<sup>25</sup>

Considerando esse limite, dos 87 portugueses residentes no rio Madeira que se habilitou junto ao consulado e declarou sua profissão, 48 indivíduos desempenhava funções relacionadas ao comércio e em 12 registros não havia descrição da profissão. Os que declararam atividades liberais somam 27 indivíduos, distribuídos nas seguintes atividades: alfaiate (1), sapateiro (1), foguista (1), lavrador (3), trabalhador (9), ferreiro (1), pedreiro (3), serrador (2), professor (1), carpinteiro (1), carpina (2), jornalista (1) e farmacêutico (1).

Por sua vez, ao realizarmos uma análise minuciosa a partir do cruzamento das múltiplas fontes documentais acerca da trajetória dos 91 imigrantes portugueses residentes na

---

<sup>24</sup> WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993, p. 78

<sup>25</sup> DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, *op. cit.* p. 246-247.

região madeirense, identificamos 56 sujeitos envolvidos diretamente na atividade comercial ligada a produção de borracha. Desses, 26 imigrantes se declararam ou atuaram como caixeiros no rio Madeira e em outras localidades da Amazônia. Como destacou Ugarte Pinheiro, tendo em vista que os portugueses controlavam a maioria dos empreendimentos comerciais do varejo, parte significativa dos empregados destes estabelecimentos tinham origem portuguesa, configurando a chamada “classe caixeral”.<sup>26</sup>

Os caixeiros eram direcionados ao interior da província para abastecer os sítios e seringais, onde trocavam as mercadorias por produtos extrativistas. Tal a importância do comércio ligado a exploração gomífera, que em 1916, o cônsul português salientou, que “na Amazonia, por exemplo, proteger a borracha brasileira é proteger o comércio português, que na sua maior parte a produz e a recebe.”<sup>27</sup> É importante frisar que os comerciantes portugueses de vulto alcançaram algum patrimônio quando se tornaram proprietários de firmas de aviamento e consignação de venda de mercadorias e borracha.

Esses são os casos dos irmãos Quadros Carvalho<sup>28</sup> e Oliveira Custódio que juntamente com os demais possuíam firmas de consignações de mercadorias e seringais no rio Madeira.<sup>29</sup> Podemos deduzir que comerciavam, num primeiro momento, diretamente com Belém onde possuíam maiores relações comerciais e o acesso era menos dispendioso.

Todavia, apesar da predominância na atividade comercial, podemos deduzir que no decorrer da vida alguns destes agentes atuaram em diferentes ocupações e em outros casos exerceu simultaneamente diversas funções. São os casos de Pedro Pires Cardoso<sup>30</sup> e Braz Rodrigues da Costa.<sup>31</sup> O primeiro informou em seu passaporte ser lavrador e o segundo

<sup>26</sup> PINHEIRO, 2014, p. 813.

<sup>27</sup> SIMÕES, 1916, p. 6.

<sup>28</sup> Amazonas (AM), 9 de julho de 1890, Anno XXVI, Número 2012, p. 3-4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/4205>

<sup>29</sup> Amazonas (AM), 13 de agosto de 1879, Anno XIV, Número 313, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/2263>

<sup>30</sup> Habilitação consular Pedro Pires Cardoso. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 366. Habilitação 1289. Imagem p1470946. Data da habilitação: 16/06/1862.; Registro de passaporte Pedro Pires Cardoso. Arquivo Distrital do Porto. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”. Código: 556. Livro 14, p. 96v, número de registro: 1180. Data do registro: 11/01/1847

<sup>31</sup> Habilitação consular Braz Rodrigues da Costa. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 116. Habilitação 1022. Imagem p1470675. Data da habilitação: 12/01/1861; Registro de passaporte Braz Rodrigues da Costa Mineiro. Arquivo Distrital do Porto. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”. Código: 1241. Livro 28, p. 296, número de registro: 581. Data do registro: 01/09/1854.

alfaiate, ambos declararam na habilitação consular atuarem no comércio o que significa que haviam recebido em algum momento de sua trajetória o ensino das primeiras letras, formal ou informal.

Para além das diversas informações que as habilitações podem nos dar acesso, uma nos é cara, pois tem estreita relação com o perfil dos imigrantes portugueses, principalmente as questões relativas à sua inserção na carreira comercial. Estamos falando da alfabetização. Apesar dos imigrantes portugueses vindos da região norte de Portugal, terem sido representados na imagem do imigrante português com pouca capacidade intelectual, podemos saber com base apenas na capacidade de assinatura, que dos 48 imigrantes declarados caixeiros, comerciantes e negociantes, 44 desses indivíduos sabiam ler e escrever. Assim, nos idos de 1870, o cônsul do Pará, reconheceu que possivelmente  $\frac{3}{4}$  dos emigrantes sabiam “ler, escrever, e as quatro operações aritméticas, mas imperfeitamente”.<sup>32</sup>

Se analisarmos todos os portugueses que compõem nosso banco de dados, temos 70 pessoas, de um total de 91 imigrantes, que ao menos poderiam ter sido educados nas primeiras letras. Não se pode perder de vista também a possibilidade de que a aprendizagem dos rudimentos de ler, escrever e calcular tenham sido adquiridos durante os longos anos da prática comercial. Logo, podemos inferir que a alfabetização, mesmo que precária, foi uma preocupação individual e familiar de preparar os potenciais imigrantes para o sucesso, já que para muitos, o ensino das primeiras letras era um investimento pessoal que só na imigração e na atividade comercial tinha retorno.<sup>33</sup>

Desse modo, a análise migratória deve considerar o capital humano visto que, conseqüentemente, os investimentos complementares “em educação ou formação acompanham, muitas vezes, os percursos como forma de permitir ou rendibilizar (a prazo) a mobilidade.” Outros autores argumentam “que a aquisição de ‘capital humano’ (escolarização, formação e experiência profissional) favorece as possibilidades de mudança posterior de emprego e, em consequência, de migrações.”<sup>34</sup>

Em síntese, a maioria dos portugueses residentes no rio Madeira eram homens, solteiros, profissionais do comércio e minimamente alfabetizados, que chegaram na

---

<sup>32</sup> Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados, Lisboa, 1873, p. 141. In: ALVES, Jorge Fernandes – *Ler, escrever e contar na emigração oitocentista*, separata da Revista de História das Ideias, Universidade de Coimbra, 1999, p. 5.

<sup>33</sup> ALVES, 1999, p. 242.

<sup>34</sup> PEIXOTO, 2004, p. 16.

Amazônia com pouca idade, mas imbuídos de capital humano, ou seja, qualificação e amparo, inserindo-se na carreira comercial ou nos ofícios e integrando-se a uma rede migratória que dava suporte a muitos recém-chegados.

### **Conectando Portugal ao rio Madeira: as redes sociais da imigração**

Identificar as redes de sociabilidade em um nível macro tem sido uma tarefa desafiadora para os pesquisadores, desse modo, a microanálise através das redes sociais, conceito largamente analisado por Michel Bertrand e Zacarias Moutoukias, pode abrir novas possibilidades de análise dos fluxos migratórios e uma melhor compreensão dos deslocamentos, recepção e inserção dos imigrantes portugueses em Belém e no rio Madeira.<sup>35</sup>

É interessante observar que a literatura acerca da imigração portuguesa se construiu afirmando que os imigrantes lusos ficavam preferencialmente nas cidades, no mundo urbano, e pouco se espalhavam para o interior. Ou ainda, que mesmo no interior não iam para a lavoura ou o extrativismo e sim para as pequenas cidades.<sup>36</sup>

Na contramão da historiografia, os imigrantes portugueses da bacia do rio Madeira passaram por diversos processos de mobilidade e interiorização. Chegados à Belém eram enviados para as povoações do interior, como Óbidos, Serpa, Maués, Santarém e outras. Com o tempo, se dirigiram para as áreas de expansão da fronteira comercial e extrativista. Ao se estabelecerem em regiões como o rio Madeira, adquiriam propriedades onde instalavam as chamadas *casas comerciais fora do povoado*, seringais. Das 91 trajetórias analisadas, identificamos 13 personagens que residiram em outras localidades do interior amazônico antes de irem para o rio Madeira. Portanto, a mobilidade tornou-se prática diária dos portugueses/caixeiros no interior da Amazônia, visto que através do regatão eles atendiam não apenas os povoados, mas também os sítios e seringais pelas margens dos rios e seus afluentes.

Desse modo, para melhor entendermos como se formam as redes pré-emigratórias e, ainda, como operam no país de destino, a ponto de influenciar aglomerações espaciais e, em nosso caso, interiorizar os imigrantes portugueses chegados a Belém, buscamos reconstruir, partindo das orientações de Bertrand, Moutoukias e Ginzburg, uma rede familiar, de

<sup>35</sup> MOUTOUKIAS, Zacarias. *Familia patriarcal o redes sociales*. Balance de uma imagen de la estratificación Social. Anuario de IEHS, nº 15, 2000, p. 133-151. BERTRAND, Michel. De la familia a red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 61, nº 2, 1999, p. 107-135.

<sup>36</sup> EMMI, 2010.

vizinhança e negócios que possibilitou a emigração em cadeia da localidade de São Pedro das Alhadas, região de Figueira da Foz, em Portugal, a partir da trajetória dos irmãos e sobrinho (Manoel, Joaquim, Antônio e Constantino) Quadros Carvalho, importantes comerciantes e proprietários de seringais no rio Madeira.

Vale mencionar que a trajetória dessa família já foi utilizada em um artigo de natureza exploratória pelos pesquisadores Davi Avelino Leal e Oswaldo Truzzi.<sup>37</sup> Apesar disso, nos propomos aprofundar a análise desse grupo de pessoas por entender que existem aspectos que merecem nossa atenção e não foram devidamente alcançados. Por sua vez, a vasta documentação que dispomos acerca desses sujeitos torna-os um caso exemplar para nossos objetivos.

Ao que tudo indica, o primeiro a emigrar foi Manoel Gaspar de Carvalho, que chegou à Bahia em 1854, com 14 anos.<sup>38</sup> Em maio de 1860, período de expansão da economia da borracha, mudou-se para Belém, indo residir na rua Boa Vista, na casa de Manoel José de Carvalho (possivelmente algum parente), tendo se empregado no comércio.<sup>39</sup> Lentamente, Manoel Gaspar de Carvalho tornou-se o epicentro de uma rede migratória que conectou a população de São Pedro das Alhadas, e região de Figueira da Foz (sociedade expulsora), e Belém do Pará (sociedade receptora).

Esta rede composta por parentes e conterrâneos destinava os emigrados, após curta estadia em Belém, para o rio Madeira para trabalhar como caixeiros. Assim é que, em 1866, chegou em Belém, procedente de Figueira da Foz, José Augusto Gaspar de Lemos, de 19 anos de idade.<sup>40</sup> Apesar de não ter residido no rio Madeira, José Augusto manteve sociedade com os irmãos Quadros Carvalho (Carvalho & Lemos). Estas redes são emaranhadas teias que se espraiam, e apenas com muita atenção às fontes utilizadas é que podemos perceber as múltiplas ligações.

---

<sup>37</sup>TRUZZI, Oswaldo; LEAL, Davi A. De caixeiros a seringalistas portugueses comerciantes no rio Madeira. In: *XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Pedro Estado de São Paulo. Anais [recurso eletrônico] XIX. 2014.

<sup>38</sup> Por não termos encontrado nenhum registo de Manoel José de Carvalho, consideramos Manoel Gaspar de Carvalho o primeiro a emigrar.

<sup>39</sup> Fonte: Habilitação consular Manoel Gaspar de Carvalho. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 1000. Habilitação 1518. Imagem p1450903. Data da habilitação: 28/11/1863;

<sup>40</sup> Fonte: Habilitação consular Jose Augusto Gaspar de Lemos. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 2194. Habilitação 2639. Imagem p1490066. Data da habilitação: 25/11/1869

José Augusto Gaspar de Lemos foi um dos três comerciantes portugueses que abonou Candido de Souza Lobo, quando este veio do Maranhão em 1870, para onde havia emigrado em 1868. Candido se habilitou no Consulado Português em Belém no ano de 1880, quando já residia na localidade de São Pedro (seringal) no rio Madeira, onde mantinha sociedade com os irmãos Quadros Carvalho (Souza Lobo & Quadros).<sup>41</sup>

Nesta complexa teia de relações percebemos o valor estratégico das redes comunitárias também no período de incorporação à nova sociedade. O que se espera, em cada um desses casos, é justamente verificar o grau em que as redes pré-emigratórias ainda operam no novo país, “a ponto de influenciar, respectivamente, aglomerações espaciais, opções profissionais [...] e esferas de sociabilidade próprias a cada grupo de imigrantes.”<sup>42</sup>

Dentre os irmãos Quadros Carvalho, inicialmente referidos, o primeiro a chegar em Belém foi Manoel Quadros Carvalho, em outubro de 1867, com 23 anos de idade, tendo residido na casa de Manoel Gaspar de Carvalho, na rua Boa Vista. Cinco anos depois de sua chegada, outubro de 1872, vieram juntos para o Brasil, Joaquim e Antônio Joaquim de Quadros Carvalho, respectivamente, com 24 e 23 anos de idade. Ambos os irmãos, assim como Manoel, aparecem na documentação consular residindo na casa de Manoel Gaspar de Carvalho, todavia, no mesmo ano foram enviados para o rio Madeira na condição de caixeiros.<sup>43</sup>

Dois anos depois, em 1874, chegou a capital paraense Ernesto Anselmo Fernandes, natural de Tavadre (localidade vizinha às Alhadas), também caixeiro, de 29 anos, informando residir na casa de Carvalho & Lemos, sociedade formada pelos irmãos Quadros Carvalho e José Augusto Gaspar de Lemos.<sup>44</sup> Esta mesma sociedade trouxe para o Brasil

<sup>41</sup> Habilitação consular Candido de Souza Lobo. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4325. Habilitação 5.140. Imagem p1440868. Data da habilitação: 21/04/1880.

<sup>42</sup> TRUZZI, TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. In: *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2008, p. 210.

<sup>43</sup> Fonte: Habilitação consular Joaquim de Quadros Junior. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 3302. Habilitação 3531. Imagem p1500040. Data da habilitação: 04/11/1872; Habilitação consular Antônio Joaquim de Quadros. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 3301. Habilitação 3530. Imagem p1500039. Data da habilitação: 04/11/1872; *Jornal do Pará: Órgão Oficial* (PA), 5 de novembro de 1872, anno X, número 250, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/219339/4341>

<sup>44</sup> Habilitação consular Ernesto Anselmo Fernandes. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 5293. Habilitação 5337. Imagem p1450188. Data da habilitação: 25/04/1881

diversos portugueses, muitos deles na condição de caixeiros, tendo alguns comerciado e residido no rio Madeira, são eles: Francisco Eduardo da Costa Rebello, de 21 anos de idade, natural de São Pedro de Vila Real, chegado em 1880, e José Ferreira, 37 anos de idade, natural da freguesia de Loreda, concelho de Amarante, chegado em 1882.<sup>45</sup> Vale observar que os concelhos de Vila Real e Amarante são vizinhos, o que nos permite afirmar que a rede de imigração se espalhava de freguesia a freguesia e de concelho a concelho.

Dessa forma, as redes sociais tornam-se princípio organizacional compartilhado por indivíduos em diferentes grupos. Gurak e Caces afirmam que “ao atuar como meio de ligação e mecanismo de transmissão de recursos e informações, as redes de migração exercem uma influência poderosa sobre a seleção de quem migra e quando”.<sup>46</sup> Destarte, as redes de sociabilidade também podem ser compreendidas como “causas” da adaptação/assimilação dos imigrantes na sociedade receptora, como estamos observando na trajetória dos Quadros Carvalho.

Voltado a análise, Joaquim e Antônio Joaquim Quadros Carvalho tornaram-se comerciantes no rio Madeira, enquanto o irmão Manoel (primeiro a emigrar) permaneceu em Belém atuando como agenciador e receptor de outros imigrantes, bem como representante comercial dos irmãos Quadros Carvalho, nas firmas Carvalho & Lemos, Carvalho & C<sup>a</sup> e Quadros & Irmão.<sup>47</sup> Contudo, isto não significa que Manoel não tenha estado no rio Madeira, pelo contrário, encontramos em jornais menções a sua estadia na região.<sup>48</sup> Sua presença está relacionada aos laços familiares, bem como aos negócios que os irmãos Quadros Carvalho possuíam, seja no envio de imigrantes portugueses, no comércio de regatão, ou mesmo, nos seringais de que eram proprietários.

<sup>45</sup> Habilitação consular Francisco Eduardo da Costa Rebello. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 4403. Habilitação 5.218. Imagem p1440946. Data da habilitação: 25/10/1880. Habilitação consular José Ferreira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 5546. Habilitação 5636. Imagem P1450489. Data da habilitação: 25/09/1882.

<sup>46</sup> GURAK, D. e CACES, F. (1992) “Migration Networks and The Shaping of Migration Systems.” In: Mary Kritz et Alli (edx.) *International Migration Systems, A Global Approach*. Clarendon Press, Oxford, 1992, p.155. In: FAZITO, Dimitri. A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade. *Anais da ABEP*, 2016, p. 7.

<sup>47</sup> Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 18 de abril de 1883, ano XVI, número 86, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/222402/8211>. O Liberal do Pará (PA), 18 de setembro de 1887, ano XVII, número 211, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/19424>

<sup>48</sup> O Liberal do Pará (PA), 30 de janeiro de 1885, ano XV, número 24, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/704555/16437>

Em abril de 1877, o jornal Constituição de Belém, publicou a notícia do embarque de José Gaspar de Carvalho e Joaquim de Quadros Carvalho para Lisboa.<sup>49</sup> Após uma estadia de aproximadamente três meses em Portugal, José e Joaquim acertaram a vinda para Belém de cinco pessoas que com seu auxílio solicitaram passaportes no distrito de Coimbra em 27 de agosto. Desse modo, a rede familiar e de vizinhança foi aumentada pela chegada de Abel Gonçalves Nossa, carpinteiro de 46 anos; José da Silva Jordão, caixeiro de 17 anos; Eucherio Jorge de Quadros, de 36 anos; Joaquim Gaspar de Carvalho, casado, caixeiro de 28 anos, irmão de José e Manoel Gaspar de Carvalho, e Constantino Quadros Carvalho, caixeiro de apenas 10 anos, sobrinho de Manoel, Joaquim e Antônio Joaquim Quadros Carvalho.<sup>50</sup>

Cinco anos depois, em outubro de 1882, solicitou passaporte em Coimbra, Antônio Joaquim Quadros Carvalho. Além da visita aos familiares e amigos, seu retorno a região de Figueira da Fóz ganha novos sentidos, porquanto, não é mais o jovem caixeiro, de 23 anos de idade, que uma década atrás partiu para a Amazônia em busca de novas oportunidades. Agora, na condição de “negociante”, seu retorno permite a migração de um novo grupo de pessoas. Com efeito, em novembro de 1882, vieram: Joaquim Rodrigues, José Maria Lopes da Cunha, Antônio Joaquim, Eduardo de Freitas Motta e Joaquim Gomes da Silva.<sup>51</sup> Todos eles se habilitaram junto ao consulado português em Belém, contudo, apenas Joaquim Gomes da Silva e Eduardo de Freitas Motta residiram no rio Madeira.<sup>52</sup>

Todos os imigrantes que vieram de Portugal junto com os irmãos Joaquim e Antônio Joaquim, em 1877 e 1882, procediam da região de Figueira da Fóz e foram acolhidos nas

<sup>49</sup> Constituição: Órgão do Partido Conservador (PA), 18 de abril de 1877, anno IV, número 87, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/385573/1506>.

<sup>50</sup> "Portugal, Coimbra, Registros e Solicitações de Passaporte, 1835-1938," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:33S7-9BK8-NPC?cc=1928596&wc=9VH2-C6F%3A222740301> : 21 May 2014) Tomo 9, p. 315-318, Registros: 1158, 1159, 1160, 1161, 1162, 1163 e 1164, Data: 27 de agosto de 1877, Imagens: 320-323. Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra (University of Coimbra Archives, Coimbra).

<sup>51</sup> "Portugal, Coimbra, Registros e Solicitações de Passaporte, 1835-1938," images, FamilySearch (<https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:33SQ-GYFP-9K6?cc=1928596&wc=9VHK-RM7%3A222738701> : 21 May 2014), Tomo 15, p. 101-112, Registros: 921, 922, 934, 935, 936, 944. Imagens: 103-115; Arquivo da Universidade de Coimbra, Coimbra (University of Coimbra Archives, Coimbra): 21 May 2014).

<sup>52</sup> Habilitação consular Joaquim Gomes da Silva. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 5560. Habilitação 5.650. Imagem P1450503. Data da habilitação: 27/11/1882; Habilitação consular Eduardo de Freitas Motta. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 5562. Habilitação 5.652. Imagem P1450505. Data da habilitação: 27/11/1882; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Folha 44, data: 26/05/1890; Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Folha 95, data: 16/11/1894.

casas de Manoel Gaspar de Carvalho e da firma Carvalho & Lemos.<sup>53</sup> Por fim, em dezembro de 1888, chegou o último grupo, que temos registro, sendo a rede completada pela vinda de Antônio Moutinho, Ana de Jesus Ferreira e João Teixeira. O primeiro veio com sua mulher Ana do Sacramento, de 53 anos, e suas filhas Ana, Theresa, Esperança e Margarida, menores de 18 anos. A segunda veio acompanhada de seu filho Domingos, de 10 anos de idade. De acordo com o registro consular, vieram contratados pela firma Carvalho Quadros & Companhia, da qual eram sócios Manoel Quadros Carvalho, Constantino Quadros Carvalho e Antônio Joaquim Quadros Carvalho.<sup>54</sup>

A totalidade dos indivíduos que vieram para o Brasil ligados a rede estabelecida pelos irmãos Quadros Carvalho residiram por um curto período na cidade de Belém, na região do comércio, predominantemente na rua Boa Vista e foram rapidamente enviados ao rio Madeira.

De acordo com Edilza Fontes, os bairros de maior incidência entre os habilitados no consulado eram os do Comércio, Cidade Velha e da Campina. Ao cruzar o endereço com a atividade profissional dos imigrantes, a autora chama a atenção para a rua Boa Vista, onde residia a maior parte dos trabalhadores do comércio (caixeiros e comerciantes). Provavelmente, estes caixeiros moravam nas casas comerciais dividindo, por vezes, o espaço de moradia com seus patrões.<sup>55</sup>

Entender o lugar em que os imigrantes portugueses residiram na cidade de Belém e/ou possuíam parentes é essencial para compreendermos a rede de informação que se estabeleceu na capital paraense através do comércio e da vizinhança. Assim, de acordo com as informações contidas nas habilitações consulares, conseguimos localizar as ruas de Belém em que moraram 27 imigrantes portugueses que foram para a região do rio Madeira. Cerca de 13 imigrantes residiram na rua Boa Vista e os demais (14 indivíduos) se distribuíram pelos

---

<sup>53</sup> O Liberal do Pará (PA), 17 de setembro de 1887, Anno XVII, Número 210, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/19420>; O Liberal do Pará (PA), 27 de setembro de 1877, Anno IX, Número 219, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/704555/8498>.

<sup>54</sup> Habilitação consular Antônio Moutinho. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 6280. Habilitação 6571. Imagem p1510851. Data da habilitação: 24/12/1888. Habilitação consular Ana de Jesus Ferreira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 6282. Habilitação 6573. Imagem p1510853. Data da habilitação: 24/12/1888. Habilitação consular João Teixeira. Arquivo do Grêmio Literário Português. Banco de dados Grupo de Pesquisa “População, Família e Migração na Amazônia-RUMA”/ Centro de Memória da Amazônia-CMA. Código 6281. Habilitação 6572. Imagem: P1510852. Data da habilitação: 24/12/1888

<sup>55</sup> FONTES, 2002, p. 119.

entornos, todos nas ruas do bairro do Comércio. Essa região de Belém, em fins do século XIX e início do XX, se constituía na zona portuária, onde abundavam os trapiches de madeira, e era uma zona comercial subdividida pela disposição de casas de comércio, bancos, companhias de seguro, armazéns e outros estabelecimentos.<sup>56</sup>

O espaço que os imigrantes ocuparam em Belém é estratégico para compreender as suas redes de relações e como elas os conectam a região do rio Madeira. Nas suas incursões pelas ruas do comércio, esses indivíduos vão construindo uma série de relações, vão conhecendo e se fazendo conhecer nos encontros interpessoais exigidos pelas suas atividades.<sup>57</sup> Como podemos observar na trajetória dos Quadros Carvalho e sua rede de imigração, ao se estabelecerem na zona de comércio, os imigrantes foram inseridos em redes de conterrâneos, familiares ou, inclusive, agentes recrutadores (para o trabalho no interior amazônico), que fornecem a informação, as escolhas disponíveis, os apoios à deslocação e à fixação definitiva.

Uma vez que o porto funcionava como um atrativo de pessoas e mercadorias, o que favorecia a recepção e, por conseguinte, a inserção do negociante que encontraria facilidade para desenvolver seus negócios, a proximidade dessa região era essencial para o estabelecimento de redes de sociabilidade e informação. O porto proporcionava oportunidades de comércio que as cidades não portuárias jamais poderiam oferecer, uma dessas conveniências era o contato direto com portos internacionais.<sup>58</sup>

O diagrama abaixo (Imagem 2) permite visualizar o emaranhado de relações dos irmãos Quadros Carvalho e de vários outros imigrantes que através das ligações de parentesco, vizinhança e negócios, partiram de Portugal para a Amazônia.

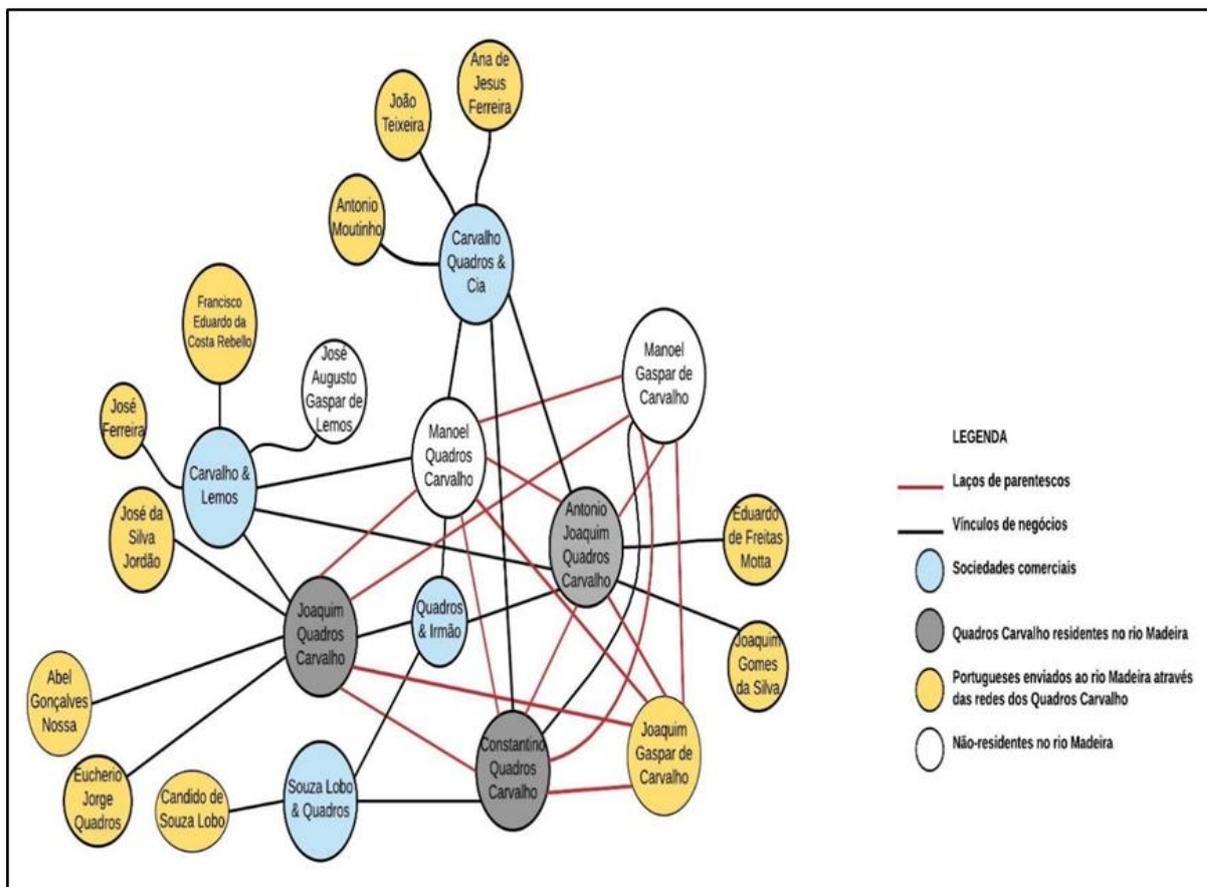
---

<sup>56</sup> CRUZ, Ernesto Horácio da. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Conselho Estadual de Cultura, 1970; *Habilitações consulares (1858-1918)*

<sup>57</sup> TRINDADE, Ronaldo José. *Errantes da Campina (Belém 1880-1900)*. Campinas: Programa de Pós-graduação em História Social – UNICAMP (Dissertação; orientadora: Maria Clementina Pereira da Cunha), 1999, p. 19.

<sup>58</sup> SALES, Mália Aline Freitas. *Os negociantes de grosso trato em Belém: possibilidades de abordagem em termos de redes sociais, c.1840 – c.1870*. I Seminário Internacional Brasil no Século XIX. 2014, p. 13.

Imagem 2 – Redes de sociabilidades dos Quadros Carvalho



Fonte: Habilitações consulares (1858-1918)

De modo geral, após curta estadia em Belém esses imigrantes foram enviados para o rio Madeira na condição de caixeiros/regatão dos irmãos Quadros Carvalho. Os negócios desse grupo familiar envolvia a comercialização de gêneros de primeira necessidade (água ardente, sabão, conservas, vassouras, e etc.), trazidos de Belém para o rio Madeira, e de produtos extrativistas (borracha, castanha, óleo de copaíba, couros de veado, e etc.) enviados do rio Madeira para Belém.<sup>59</sup>

Apesar do que possa parecer, o centro comercial de Belém não era apenas um lugar de trânsito obrigatório, mas principalmente uma rede de informações e um verdadeiro empório e armazém da província do Amazonas, não apenas de mercadorias, mas de pessoas. Daí a importância estratégica de Manoel (o primeiro dos irmãos Quadros Carvalho a emigrar) ter se

<sup>59</sup> Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 9 de março de 1880, Anno XIII, Número 55, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222402/5806>; Diário de Belém: Folha Política, Noticiosa e Commercial (PA), 13 de março de 1881, Anno XIV, Número 57, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/222402/6381>

estabelecido na capital do Pará. Esse quadro ajuda a entender o papel dos comerciantes portugueses na manutenção de redes familiares, locais e regionais de emigração, que asseguravam a reprodução das casas de comércio através de caixeiros portugueses.<sup>60</sup>

Em contrapartida, não são apenas as redes de relações anteriores à emigração que desenharão os vínculos na sociedade receptora. “A própria experiência migratória por si só é capaz de propor e redefinir novas identidades e reconhecimentos que podem se traduzir em novas redes. Desde o embarque no vapor, novas redes vão se configurando, porque indivíduos e famílias se reconhecem na mesma condição”.<sup>61</sup> Portanto, as redes de envio e de recepção de migrantes interagem e conformam novas redes, formadoras de novas sociabilidades. Logo, as redes sociais tecidas pelos agentes devem ser entendidas não apenas no processo de emigração de Portugal, mas também na ordem do sucesso e permanência no país de destino.

A permanência perpassa a inserção social do agente na comunidade portuguesa e/ou brasileira, de modo que alianças familiares e comerciais constituem estratégias eficazes. Desse modo, como observado nas associações estabelecidas pelos Quadros Carvalho, a criação de sociedades comerciais possibilitava não apenas a estruturação financeira, mas o estabelecimento e inserção em uma rede de ajuda mútua. Vejamos os exemplos de José de Freitas Motta representante da casa filial em Manaus de Carvalhos & C.<sup>a</sup> do Pará, pertencente a família Quadros Carvalho.<sup>62</sup> Além das redes de negócios, os irmãos José e Eduardo Freitas Motta mantinham relações de compadrio com Antônio Joaquim Quadros Carvalho e possuíam propriedades vizinhas, destinadas a exploração e comércio de goma elástica, no rio Madeira.<sup>63</sup>

O vínculo entre as famílias Freitas Motta e Quadros Carvalho pode ser percebido mesmo após a morte de Manoel Quadros Carvalho, em 1916 em Portugal. No seu testamento deixou “[...] 5:000\$ a cada uma das pessoas seguintes: a sua sobrinha Laís, a sua sobrinha Cypriana, professora em Areia de Baixo; a Maria Gaspar de Carvalho; a sua afilhada

---

<sup>60</sup> TRUZZI, 2008, p. 203.

<sup>61</sup> TRUZZI, 2008, p. 211.

<sup>62</sup> Amazonas (AM), 2 de agosto de 1893, Anno XXIX, Número 20, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/164992/5871>;

<sup>63</sup> Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Folha 42, data: 26/05/1890. Arquivo Paroquial de Humaitá. 1º livro de Batismo da Paróquia de Humaitá. Folha 95, data: 16/11/1894; Diário Oficial (AM), 5 de agosto de 1894, Anno II, Número 206, p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028843/1585>.

Georgina, a **Joaquina Maria de Freitas Motta** [grifo nosso]”, essa última filha de um dos irmãos Freitas Motta.<sup>64</sup>

Não se pode perder de vista que no século XIX as uniões familiares e relações de negócios andavam muito próximas, uma vez que os vínculos estabelecidos meramente pelos negócios poderiam se romper com maior facilidade, à medida que surgissem prejuízos ou novas estratégias econômicas, todavia, os acordos estabelecidos por ligações familiares e de negócios possuíam caráter mais durável e os vínculos que uniam as partes eram mais fortes.

Em resumo, das 91 trajetórias analisadas cerca de 61 portugueses estiveram inseridos em alguma “rede” de relações, seja familiar, de vizinhança ou comercial, que condicionou o ato migratório, ou seja, um irmão, um tio ou vizinho havia migrado anteriormente. Em decorrência disso, esses imigrantes acabavam por alimentar uma rede de informações que permitiu a migração de outros conterrâneos, provocando um efeito em cadeia que permitiu a interiorização desses indivíduos na Amazônia. Dessa maneira, as redes se tornaram autossustentáveis e em outros casos promoveu o estabelecimento de firmas que agenciavam novos imigrantes enviados de Portugal para Belém e, posteriormente, o rio Madeira, atuando como caixeiros regatões. Esses indivíduos foram responsáveis pela expansão da fronteira comercial e extrativista na região madeirense, visto que a capacidade de singrar o rio e seus afluentes proporcionou aos imigrantes portugueses conhecimento acerca das áreas ricas em seringais e castanhais, desenvolvendo uma rede de informações que atravessava os rincões da Amazônia até a capital paraense e de lá cruzava o oceano Atlântico até as vilas portuguesas.

### **Considerações finais**

A imigração portuguesa para o rio Madeira esteve ligada em escala local, ao avanço da fronteira comercial e extrativista na Amazônia, e em nível global, ao avanço do capitalismo sobre novas áreas de exploração. De modo geral, a maioria dos portugueses residentes no rio Madeira eram homens, solteiros, profissionais do comércio e minimamente alfabetizados, que chegaram na Amazônia com pouca idade, mas imbuídos de qualificação e amparo, para que pudessem fazer carreira comercial ou nos ofícios, integrando-se na colônia portuguesa que na Amazônia, assim como no Brasil, dominava a maior parte das atividades comerciais. Colônia

---

<sup>64</sup> Gazeta de Notícias (RJ), 10 de janeiro de 1916, Anno XLI, Número 10, p. 5. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/103730\\_04/36830](http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/36830).

que constituía uma rede migratória que dava suporte a muitos recém-chegados e, em nosso caso, os enviava ao rio Madeira. Esse processo de interiorização distingue os imigrantes portugueses aqui analisados, porquanto, de acordo com uma historiografia já consolidada, a maior parte dos imigrantes que vinham ao Brasil permaneciam nas áreas urbanas das cidades, vilas e povoados.

Estamos tratando de um emaranho de trajetórias que conformam teias sobrepostas e em algum momento se conectam entre si formando múltiplas redes interdependentes que mantiveram o fluxo imigratório português para Belém e interior amazônico. Por sua vez, as mesmas redes que possibilitaram a emigração da região Norte de Portugal, também inseriu os imigrantes portugueses chegados à Belém em outras redes de apoio e informações que permeavam a região comercial da capital paraense e possibilitou um movimento singular de interiorização dos imigrantes portugueses para o rio Madeira no século XIX e início do XX.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jorge Fernandes – Ler, escrever e contar na emigração oitocentista, separata da *Revista de História das Ideias*, Universidade de Coimbra, 1999.

ALVES, Jorge Fernandes – Os brasileiros da emigração no Norte de Portugal. In: *Os Brasileiros da Emigração*, Actas do colóquio realizado no Museu Bernardino Machado/ C. M. de V. N. de Famalicão, 1999.

ALVES, Jorge Fernandes. Lógicas Migratórias no Porto Oitocentista. In: PEREIRA, MIRIAM HALPERN et al (eds.). *Emigração/Imigração em Portugal*. Lisboa, Fragmentos, 1993, p. 210.

ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto oitocentista*. Porto: Gráficas Reunidas, 1994.

BASTOS, Tavares. *O Valle do Amazonas*. Garnier. Rio de Janeiro. 1ª Ed. 1866.

BERTRAND, Michel. *De la familia a red de sociabilidad*. Revista Mexicana de Sociologia, v. 61, nº 2, 1999.

BOSCHILIA, Roseli. *Pequenos viajantes: reflexões sobre o deslocamento de menores da região norte de Portugal para o Brasil no século XIX*. Cf: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/portugal-e-as-migracoes-da-europa-do-sul-para-a-america-do-sul/pequenos-viajantes-reflexoes-sobre-o-deslocamento-de-menores-da-regiao-norte-de-portugal-para-o-brasil-no-seculo-xix>. Acessado em: 30 de janeiro de 2020.

CRUZ, Ernesto Horácio da. *Ruas de Belém: significado histórico de suas denominações*. Conselho Estadual de Cultura, 1970.

DONZA CANCELA, Cristina; RAMALHO COSME, João Santos. Entre fluxos, fontes e trajetórias imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920). *Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n. 1, 2016.

EMMI, Marília Ferreira. “A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses”. *XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP*, Caxambú-MG-Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010.

FAZITO, Dimitri. *A análise de redes sociais (ARS) e a migração: mito e realidade*. Anais da ABEP, 2016.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

MATOS, Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos, experiências e cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX*. Bauru: Edusc, 2013.

MOUTOUKIAS, Zacarias. Família patriarcal e redes sociais. Balance de uma imagem de la estratificación Social. *Anuario de IEHS*, nº 15, 2000.

PEIXOTO, J. *As teorias explicativas das Migrações. Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa. SOCIUS Working Papers. n. 11/2004.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Migração, trabalho e etnicidade. Portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. *Varia Historia*, v. 30, n. 54, p. 807-826, 2014.

SALES, Mália Aline Freitas. Os negociantes de grosso trato em Belém: possibilidades de abordagem em termos de redes sociais, c.1840 – c.1870. *I Seminário Internacional Brasil no Século XIX*. 2014.

SOUSA, Fernando Alberto Pereira de. *A população portuguesa nos inícios do século XIX*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Universidade do Porto, 1979.

TRINDADE, Ronaldo José. *Errantes da Campina (Belém 1880-1900)*. Campinas: Programa de Pós-graduação em História Social – UNICAMP (Dissertação; orientadora: Maria Clementina Pereira da Cunha), 1999.

TRUZZI, Oswaldo. “Redes em processos migratórios”. In: *Tempo Social* (Revista de Sociologia da USP). São Paulo, vol. 20, nº 1. 2008.

TRUZZI, Oswaldo; LEAL, Davi A. De caixeiros a seringalistas portugueses comerciantes no rio Madeira. In: *XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Pedro Estado de São Paulo. Anais [recurso eletrônico] XIX. 2014.

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.